

PAUTA

5º GRITO DA TERRA PERNAMBUCO

O Governo de Pernambuco tem como uma das principais diretrizes interiorizar o desenvolvimento, alcançando todos os municípios do Litoral ao Sertão e, consequentemente, beneficiando os pernambucanos que vivem no campo.

Todas as ações deste Governo, inclusive as de interiorização, foram ou estão sendo implementadas a partir de um amplo debate com a sociedade civil organizada, entidades de classe e movimentos sindicais e sociais. Esse diálogo ocorre em grandes atividades como o Seminário Todos Por Pernambuco, constantemente nos fóruns e conselhos e sempre que este Governo é demandado pelo povo e por suas entidades representativas.

Foi através do diálogo, da organização e das mobilizações que os movimentos conquistaram avanços para a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos que gerem renda para agricultores e assentados da reforma agrária. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar. O Garantia Safra, benefício que visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores e às agricultoras familiares que tiveram perdas acima de 50% da produção, em municípios que foram reconhecidos em estado de emergência ou calamidade pública por conta da estiagem.

Desta forma, o Governo de Pernambuco reitera seu compromisso em entender as necessidades e prioridades relativas ao mundo rural. Mais do que isso, reafirma o compromisso em buscar alternativas para atender as demandas, respeitando a realidade econômica desafiadora que atinge o país, o Nordeste e o estado de Pernambuco.

O Estado reconhece o papel fundamental da FETAPE, CONTAG, STR MST, ASA Pernambuco, CPT, CUT e CTB que assinam a Pauta do 5º Grito da Terra Pernambuco, legítimo instrumento de luta por melhorias e avanços. Em atenção aos movimentos que juntos constituem a voz dos homens e mulheres do campo, o Governo de Pernambuco esclarece:

1 – DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO - O Governo de Pernambuco demonstrou capacidade técnica na elaboração de projetos e na captação de recursos da ordem de R\$ 567.5 milhões conveniados com o Governo Federal para viabilizar a construção de cisternas, barragens e sistemas de abastecimento, como detalhado a seguir:

1.1-CONSTRUÇÃO DE 1000 BARRAGENS - Por meio do convênio nº 782 397/2013 com Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 105 milhões, a Secretaria de Agricultura contratou 1000 barragens de pequeno e médio porte para atender comunidades rurais nos municípios do semiárido. O TCU emitiu uma medida cautelar suspendendo o início das obras de construção. Sendo a cautelar revogada pelo Pleno do TCU através do Acórdão nº 335/2015 após audiência com representantes da SARA com o ministro Marcos Bemquerer.

1.2 IMPLANTAÇÃO DE 960 SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA- Através do convênio de nº 769254/2012 firmado com o Ministério da Integração Nacional (MI) 960 sistemas simplificados de abastecimento de água estão em fase de implantação, com recursos da ordem de R\$ 215 milhões

1.3- CONSTRUÇÃO DE 44.068 CISTERNAS 1ª ÁGUA DE 16 MIL LITROS - CONSUMO HUMANO: O Governo de Pernambuco está implantando 44.068 cisternas para consumo humano através dos convênios nº 063/2012 e 019/2013, firmados com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com valor conveniado de R\$ 127.5 milhões.

Nessa ação, o Governo de Pernambuco atua em parceria com a Fetape, que será responsável pela construção de 5.500 cisternas no Agreste Meridional, contando com quase R\$ 16 milhões em investimento. Mais de 16 mil cisternas estão em execução.

1.4- IMPLANTAÇÃO DE 9.395 CISTERNAS CALÇADÃO- 2ª ÁGUA DE 52 MIL LITROS - CARÁTER PRODUTIVO - A SARA já iniciou a execução de 9.395 cisternas calçadão em 115 municípios pernambucanos, com investimento de R\$ 120 milhões já conveniados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. As cisternas calçadão são contratadas através do Programa Pernambuco mais Produtivo no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, através do convênio nº 020/2013.

2- REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA TRANSFORMANDO-A EM SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO

A criação da Secretaria Executiva de Agricultura Familiar - demanda das organizações sociais que integram o Fórum de Reforma Agrária do Estado - foi um importante avanço conquistado e demonstra a preocupação do Estado em apoiar e fortalecer os mais de 270 mil agricultores familiares que são responsáveis pela produção de mais de 70% da comida que chega a nossa mesa.

Entretanto em um processo dinâmico, é preciso seguir dialogando para construir consensos e, por isso, a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) dará continuidade, junto com a FETAPE e outras entidades, aos estudos e trabalhos já iniciados em relação a criação da Secretaria de Agricultura Familiar. Além disso, a própria SARA irá solicitar de outros estados os modelos e as práticas já vivenciadas e que estão em execução sobre o tema.

3- CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE DADOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO

A sistematização de informações em um banco de dados é uma importante ferramenta de gestão e um instrumento para traçar políticas públicas. Por isso, a SARA está trabalhando neste sentido e pretende envolver nesse processo suas vinculadas, os demais órgãos do governo com ações ligadas à agricultura, a sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais e entidades de classe.

4- RETORNO SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES PARA A REESTRUTURAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA ZONA DA MATA E PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

4.1 - ZONA DA MATA: A Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) participou de reuniões a convite do Ministério do Desenvolvimento Social, através da Secretaria de Segurança Alimentar, e Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria Executiva, na perspectiva de construção de um novo modelo de desenvolvimento, baseado no processo de diversificação com ênfase na política de desenvolvimento territorial.

Na Zona da Mata o Estado identificou diversas redes produtivas que necessitam de apoio para fortalecer o seu crescimento.

O Governo de Pernambuco vai dar celeridade na implementação dessas políticas através do Grupo de Trabalho formado por todos os atores dos governos Federal, Estadual e Municipal e da sociedade civil organizada. A proposta para a reestruturar as redes socioprodutivas da Zona da Mata é fazer um amplo diagnóstico e identificar novas alternativas para o desenvolvimento socioeconômico da Região.

4.2 - SEMIÁRIDO: É importante ressaltar que Pernambuco foi o primeiro Estado do país a elaborar um Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. A ação, coordenada pela Secretaria de Agricultura, vem sendo desenvolvida nos últimos anos de forma integrada entre governo e representantes da sociedade civil organizada.

Ao todo, foram promovidos cinco encontros nas regiões dos Sertões Central, do São Francisco, do Araripe, de Itaparica, do Moxotó e do Pajeú, além dos Agrestes Meridional, Central e Setentrional, envolvendo os 122 municípios que compõem o Semiárido pernambucano.

O governo do Estado também instituiu a **Política Estadual de Convivência com o Semiárido** por meio da Lei Nº 14.922/2013, publicada em março deste ano, sendo Pernambuco pioneiro em estabelecer diretrizes para a implantação de políticas públicas permanentes para conviver com os longos períodos de estiagem.

A Lei tem como base o incentivo a políticas públicas pelo estado e municípios, à universalização do acesso à água, o monitoramento climático, a educação para a convivência com o semiárido, estruturação fundiária, assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares e melhoria genética da pecuária leiteira.

Para dar celeridade à conclusão/revisão do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido, a SARA pretende criar uma CÂMARA TEMÁTICA dentro da estrutura do Comitê Integrado de Convivência com o Semiárido.

5 - APRESENTAÇÃO DE UM PLANO ANUAL DE METAS (2015/2018) DO GOVERNO DO ESTADO PARA TÍTULOS PÚBLICOS DE PROPRIEDADE DE TERRA RURAIS, PRIORIZANDO AS FAMÍLIAS QUE DESEJAM ACESSAR O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL

5.1 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O Governo de Pernambuco ressalta que o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (Iterpe) tem um papel estratégico e por isso está passando por uma ampla reestruturação na gestão. Mais de 3 mil títulos de propriedade foram entregues nos quatro primeiros meses desse ano e até o final de 2015 a SARA tem a meta de entregar 12 mil títulos.

5.2- CRÉDITO FUNDIÁRIO

A SARA está concentrando esforços para fomentar o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, que concede crédito para aquisição de terras que não podem ser desapropriadas. A meta de 2015 é beneficiar 200 famílias. Existem 21 propostas tramitando no ITERPE/SARA de aquisição de terras que vão beneficiar 216 famílias. Só nos primeiros quatro meses deste ano foram contratadas três propostas, beneficiando 39 famílias.

Há um mês o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) aprovou o Plano Operativo Anual Estadual – POA que é o instrumento de gestão do PNCF onde estão definidas as estratégias de ampliação e aprimoramento na execução do PNCF. Em Pernambuco, o POA 2015 foi construído com a participação de representantes das instituições/entidades envolvidas na execução do programa, e reflete o desejo de todos os parceiros em contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado.

5.3 - HABITAÇÃO RURAL

A SARA participou de reuniões com a Caixa Econômica e Banco do Brasil, agentes financeiros do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o encaminhamento é aguardar as diretrizes do Ministério das Cidades sobre o novo formato da terceira etapa do PNHR.

Governo de Pernambuco tem apoiado o PNHR e viabilizou projetos, facilitando o acesso ao licenciamento ambiental simplificado que é concedido pela CPRH sem ônus para as famílias e desenvolvimento um amplo programa de regularização fundiária no Estado.

6 - ABERTURA, ATÉ O SEGUNDO SEMESTRE DESTE ANO, DE CONCURSO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO IMEDIATA DE EXTENSIONISTAS RURAIS PARA O IPA

O Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) fará a contratação de 168 novos profissionais, através de um processo de seleção simplificada, que deve ser lançado até o final deste mês.

A meta é contratar profissionais para as atividades fins do IPA como extensionistas, geólogos, engenheiros, médicos veterinário, químicos, assistentes técnicos e de laboratório, operadores de máquinas e equipamentos pesados, entre outras áreas.

Além das contratações, o IPA já está em processo de reestruturação com a capacitação de gestores, extensionistas, pesquisadores, engenheiros, técnicos agrícolas, entre outros. Solicitaremos, ainda, um estudo apontando as novas práticas gerenciais e a necessidade de ampliação do seu quadro.

7 – GARANTIA DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NO PROGRAMA TERRA PRONTA

Durante o seminário Todos por Pernambuco os agricultores de todas as Regiões de Desenvolvimento relataram suas experiências com o Programa Terra Pronta e também contribuíram com sugestões. Para qualificar ainda mais o programa, que é bem sucedido e de eficácia garantida desde a sua fundação, o IPA está propondo uma série de reformulações e um dos focos é a diversificação produtiva, respeitando o potencial de cada região e o calendário agrícola de 2016. A ideia é aperfeiçoar o projeto, inserindo novas práticas e ampliando as áreas de atendimento, no intuito de melhor amparar os agricultores familiares do nosso estado.

8 - APOIO DO GOVERNO DO ESTADO À PARTICIPAÇÃO DE 2 MIL MULHERES RURAIS DO ESTADO NA MARCHA DAS MARGARIDAS, VIABILIZANDO O TRANSPORTE À CAPITAL FEDERAL

Há mais de 30 anos as mulheres do campo iniciaram um processo de organização e de participação ativa na luta por melhorias integrando os sindicatos e associações rurais. A força do gênero ganhou visibilidade através de grandes manifestações como a Marcha das Margaridas, que resultaram na conquista de muitos avanços, como titulação conjunta da terra, salário maternidade e aposentadoria aos 55 anos.

Apesar de que Pernambuco e o Brasil atravessam um momento desafiador do ponto de vista financeiro é importante fortalecer os movimentos que representam a voz do campo e reconhecer a legitimidade e a importância dessas mobilizações.

Por tudo isso, a SARA vai assegurar a participação das mulheres na 5ª Marcha das Margaridas que acontecerá em Brasília, no mês de agosto, viabilizando a participação de mil mulheres pernambucanas na Marcha das Margaridas.

9- CRIAÇÃO DO PACTO PELA VIDA NO CAMPO

Criado em 2007, o Pacto pela Vida é o primeiro Plano Estadual de Segurança Pública de Estado a desenvolver ações de curto, médio e longo prazo com o objetivo de salvar vidas, reduzir a violência e criar uma cultura de paz.

Desde o início do programa, pelo menos 9.610 vidas foram salvas em Pernambuco. Só em abril deste ano, o Governo de Pernambuco conseguiu reverter uma curva de crescimento no número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) registrada desde o início do ano.

Mesmo passando por um momento desafiador, que reflete diretamente nos estados e municípios, o governador Paulo Câmara anunciou, no último dia 7 de abril, a realização de novos concursos públicos para contratação de policiais civis e militares dentro do Programa Pacto pela Vida.

O Governo de Pernambuco vem fortalecendo a Comissão de Acompanhamento de Conflitos no Campo, inclusive integrando outras secretarias nesta comissão e nas propostas de solução dos conflitos agrários no Estado em parceria com o Governo Federal, por meio do ouvidor agrário.

A Secretaria de Defesa Social informa que vai transformar a Companhia Independente de Operações e Sobrevivência na Caatinga – CIOSAC em Batalhão Especializado de Polícia do Interior com três companhias localizadas em Toritama, Palmares e Custódia. Além de triplicar o contingente, passando de 218 para 600 homens atuando na região.

10 - CONCLUSÃO E IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DO PLANO DE AÇÃO ESTADUAL DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) (6.4)

Embora a execução do Cadastro Ambiental Rural (CAR) seja coordenado pela secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o Governo do Pernambuco incorporou outras secretarias e iniciou a discussão para inclusão de outros atores da sociedade civil organizada para agilizar o processo. Com o objetivo de compartilhar e discutir os encaminhamentos e ações, a SARA vai incluir a temática na pauta do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e cedeu o cadastro de 5 mil propriedades rurais regularizadas, além de equipe técnica.

11 - APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA, DESVINCULANDO-O DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA, ASSEGURANDO QUE, A PARTIR DE 2015, O TETO MÍNIMO SEJA FIXADO EM MEIO SALÁRIO MÍNIMO

Da Zona da Mata, passando pelo Sertão, e agora no rio e mar, o Programa Chapéu de Palha está presente nas 12 Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco. O Chapéu de Palha é um importante programa de apoio aos trabalhadores rurais nos períodos de entre safra.

Para potencializar a ação, a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), responsável pelo Programa Chapéu de Palha, já está consolidando e analisando os pleitos levantados pela população no Seminário Todos Por Pernambuco, realizado em todas as regiões do Estado, para dar encaminhamento ao aperfeiçoamento do Programa.

Diante da solidificação da análise, será marcada uma reunião entre a Seplag e a Fetape para debate sobre o alinhamento das propostas.

12 - CONSTRUÇÃO, JUNTO COM A SOCIEDADE CIVIL, DO PLANO ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Pernambuco foi o primeiro Estado do país a elaborar um Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. A ação, coordenada pela Secretaria de Agricultura, vem sendo desenvolvida de forma integrada entre governo e representantes da sociedade civil organizada.

Ao todo, foram promovidos cinco encontros nas regiões dos Sertões Central, do São Francisco, do Araripe, de Itaparica, do Moxotó e do Pajeú, além dos Agrestes Meridional, Central e Setentrional, envolvendo os 122 municípios que compõem o semiárido pernambucano.

Para dar celeridade à conclusão/revisão do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido, a SARA pretende criar uma CÂMARA TEMÁTICA dentro da estrutura do Comitê Integrado de Convivência com o Semiárido.

13- IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) NAS COMUNIDADES RURAIS

Os Programas de Saúde da Família (PSFS) são geridos pelos municípios. Porém, tendo em vista os anseios da população rural, será marcada uma reunião entre a Secretaria Estadual de Saúde e gestores municipais para discutir o tema e promover soluções.

14 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

O tema também foi amplamente debatido no Seminário Todos Por Pernambuco e já tem uma atenção especial nos estudos que serão realizados pelo Estado, através dos pleitos apresentados pela população na conferência.

Além disso, a Política Estadual de Educação no Campo já vem sendo discutida entre os movimentos ligados ao campo e a Secretaria Estadual de Educação e tem reuniões pré-agendadas para que seja dado encaminhamento aos projetos.

Recife, 20 de maio de 2015